

COMUNICAÇÃO

FAMÍLIA, GÊNERO E TRABALHO NO BRASIL (MULHERES CHEFES-DE-FAMÍLIA NOS MERCADOS DE TRABALHO PAULISTA E BAIANO NO PERÍODO 1950-1980)

Mary Garcia Castro¹

Os estudos de cunho feminista conseguiram legitimar o termo gênero, ressaltando a construção cultural-ideológica e econômica do sexo. Também os estudos sobre etnia e raça, conseguiram tirar as discussões sobre racismo do plano empiricista, evidenciando os processos culturais e econômicos que lhe davam sustentação. Falta fazer o mesmo caminho, para demonstrar que idade possui também, em países do Terceiro Mundo, um sentido econômico, cultural e ideológico (o 'ageism', segundo a literatura anglo-saxônica), não sendo apenas a mera demarcação de etapa biológica ou ciclo de vida. No caso das mulheres, a idade delimita espaços de circulação econômica, social, sexual e afetiva, até mais rígidos que para os homens.

Em dissertação defendida em 1989¹, procuro contribuir ao tema, discutindo algumas qualificações da divisão social do trabalho, quanto a gênero, raça, geração e posição no grupo familiar, para entender o uso e preço da força de trabalho feminina no mercado. Procedo a distintas delimitações de mercados relacionados àquela divisão, com dados secundários, ressaltando a propriedade de desagregar setores de atividades segundo mercados propriamente capitalista e secundário, usando informações sobre ocupação, setor de atividade, posição na ocupação e rendimento.

Sigo o debate feminista-marxista sobre o binômio produção e repro-

Professora Adjunta e pesquisadora da Universidade Federal da Bahia (Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia).

Family, Gender and Work: the case of female heads of household in Brazil (São Paulo and Bahia - 1985/1980). Dissertação de doutorado, defendida em maio de 1989. Universidade da Flórida, Departamento de Sociologia, Gainesville, Flórida. Para elaboração da dissertação contei com a colaboração financeira do CNPq e da ABEP (Associação Brasileira de Estudos Populacionais), e a colaboração institucional, na fase de redação no Brasil (1988), do Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia.

Caderno Crh, n. 14, p.109-114, Jan./Jul., 1991.

dução, enfatizando realidades singulares de economias de perfis próprios, como a baiana e a paulista, e tendências ditas universais como a associação entre maternidade e participação de mulheres na força de trabalho; representação das mulheres chefes-de-família entre os mais pobres e peso da composição familiar entre os determinantes dos rendimentos.

Identifico, também, tendências e significado do crescimento das famílias chefiadas por mulheres, explorando as mudanças na forma de absorção de mulheres chefes-de-família, esposas e filhas vis-a-vis aos homens; ao fazê-lo controlo, também, sua posição no grupo doméstico. A análise sustenta-se em dados dos estados da Bahia e São Paulo, num período significativo do processo de industrialização/proletarização, 1950-1980.

Tal mapeamento longitudinal é seguido de um estudo da inserção de mulheres e homens pobres (em famílias com rendimentos até 3 salários mínimos) - chefes-de-família, esposas e filhas - em mercados diferenciados (propriamente capitalista e secundário) nas Regiões Metropolitanas (RMs) de São Paulo e Salvador em 1980.

Os seguintes caminhos analíticos foram adotados: a análise longitudinal sobre famílias, para o período 1950-1980; o recurso a uma bibliografia antropológica e da demografia histórica, discutindo evidências sobre famílias chefiadas por mulheres no período pré-censitário; a montagem de um arquivo de dados com variáveis criadas a nível do grupo domiciliar - família de residência - e a nível de indivíduos, relativos a famílias pobres (com rendimento familiar de até 3 salários mínimos), usando fita de uma amostra de 0,08% do Censo de 1980, sobre situações nas RMs de São Paulo e Bahia; para tanto, recorro a análises multivariadas e a modelos de determinantes de renda, por técnicas de classificação múltipla (MCA), através de programas de SPSS-X.

Destaco, a seguir, alguns resultados constantes da dissertação.

Em 1980, cerca de 16 a 20%, respectivamente, das famílias 'paulistas' e 'baianas' eram chefiadas por mulheres. Na década 1970-1980, o crescimento das famílias chefiadas por mulheres foi de 38% maior em São Paulo do que o identificado na Bahia

A análise longitudinal não apoia a relação entre crescimento das famílias chefiadas por mulheres e "desenvolvimento com pobreza", nem a relação entre chefia de famílias por mulheres e a "feminização da pobreza", hipóteses comumente suscitadas na literatura internacional para explicar seja a frequência de mulheres chefes-de-família entre os pobres, persistindo a alta proporção de mulheres pobres na condição de chefes-de-família. Em 1960, a proporção dessas entre os estratos mais pobres (até um salário mínimo) era igual a 60% em São Paulo e 93% na Bahia. Entre as famílias chefiadas por homens, as proporções das muito pobres, ainda que altas, eram inferiores: 42% em São Paulo e 86% na Bahia, em 1960; 39% em São Paulo e 45% na Bahia em 1980.

A nível das RMs, em 1980, a análise indicou o impacto da idade

sobre o padrão de vida das mulheres chefes, o que se torna mais claro com o uso de diferentes indicadores de rendimentos.

Focalizando, por exemplo, a renda familiar, verifiquei que as famílias chefiadas por mulheres estavam mais frequentemente incluídas na faixa de pobreza do que as chefiadas por homens. Em Salvador, a diferença não é tão grande: 58% das famílias chefiadas por mulheres e 44% das chefiadas por homens estavam abaixo da linha de pobreza. Em São Paulo, no entanto, ela se revela ponderável: 40% das famílias chefiadas por mulheres e 22% daquelas chefiadas por homens estavam naquele nível. Tal quadro não se repete, entretanto, quando usada a renda 'per capita' como indicador de pobreza; nesse caso, relativiza-se a noção, amplamente difundida, de que é mais alta a representação das famílias chefiadas por mulheres entre os pobres. Em São Paulo, por exemplo, encontrei idêntica proporção de homens e mulheres chefes-de-família em famílias com renda 'per capita' menor que o salário mínimo (33%).

A análise empírica permitiu concluir à respeito que a concentração das mulheres chefes-de-família nas camadas mais pobres depende não apenas do preço relativo do trabalho da mulher no mercado, mas da composição demográfica e econômica de suas famílias. Isto envolve fatores como a ausência de membros dependentes, o que é comum entre famílias chefiadas por mulheres mais velhas, ou a incorporação de pessoas economicamente ativas ou aptas para assumir os trabalhos domésticos, traços igualmente típicos das famílias chefiadas por mulheres pobres, principalmente na RM de Salvador.

A maior expressão, na RM de Salvador, da interação entre desigualdades sociais, gênero e 'raça' foi um resultado não esperado, considerando que aí estão mais concentradas as pessoas classificadas censitariamente como pretos e pardos. Em Salvador, a renda média das mulheres chefes-de-família de cor parda, entre 25 e 39 anos, era somente 33% da calculada para os chefes homens em igual categorização, e cerca de 34% da renda média das chefes mulheres brancas naquela faixa etária.

Recorrendo a modelos de análise de classificação múltipla discutidos anteriormente, determinantes de renda (variável dependente), incluindo entre as variáveis independentes: 1) um conjunto relativo a características individuais, como sexo, cor e situação migratória; 2) a composição domiciliar ou carga de trabalho doméstico, mensurada através de taxa de dependência - número de filhos menores de 6 anos e de idosos de mais de 60 anos/mulheres na residência; e 3) um conjunto 'proxy' da divisão social de trabalho, incluindo tipo de relação de trabalho (empregado, empregador ou autônomo) e alocação no mercado de trabalho (em atividades propriamente e não propriamente capitalistas). Grau de escolaridade e idade foram controlados.

Os resultados apontaram os indicadores de divisão social do trabalho como aqueles com maior capacidade preditiva da renda. Ressalto de tais análises o efeito depressor da variável cor sobre a ren-

da, especialmente na RM de Salvador. Assim, outros fatores permanecendo constantes, mulheres chefes-de-família de cor preta ou parda em São Paulo, em 1980, tinham, em média, uma renda inferior em Cr\$ 693,32 se comparada à renda média. Em Salvador, essa diferença negativa foi ainda maior, chegando a Cr\$ 1.412,63.

Ademais; ser branco em Salvador era ainda mais vantajoso em termos de rendimentos do que em São Paulo. Em Salvador, a renda dos brancos era em média Cr\$ 7.816,75 superior à renda média de trabalhadores de cor preta e parda; já em São Paulo, essa diferença era de apenas Cr\$ 838,22.

Também foi analiticamente explorado o papel da divisão social sexualizada do trabalho. Os resultados evidenciaram que a esposa pobre, comparada com as chefes-de-família, depara-se com uma maior carga de serviços domésticos, especialmente devido ao grande número de filhos pequenos e também por ser geralmente a única mulher adulta na sua residência; já nas famílias chefiadas por mulheres, é comum a presença de outras mulheres adultas, freqüentemente não exercendo atividades 'produtivas', o que indica a delegação de atividades da reprodução.

A análise comparativa sobre formas de absorção e distribuição setorial e ocupacional das mulheres nas duas RMs indicou traços de universalidade da divisão sexual do trabalho, embora a níveis singulares conforme o mercado. Comparativamente com os homens, as mulheres - independentemente da sua posição no grupo familiar - destacavam-se nas atividades do mercado não propriamente capitalista e nas ocupações com mais baixa remuneração. Em 1980, havia 30% mais homens que mulheres pobres em atividades industriais em Salvador e 71% em São Paulo. Entre mulheres, também foram significativas as diferenças quanto à participação no mercado, segundo posição no grupo familiar. Em Salvador, com exceção das filhas, as mulheres pobres estavam concentradas nas formas não propriamente capitalistas da economia; isto é mais evidente para o caso das esposas, cuja participação neste setor era cerca de 20% maior do que a das chefes-de-família.

A comum assertiva de que há uma associação negativa entre ter filhos pequenos (menores de 6 anos) e participação da mulher na força de trabalho, não é válida para o caso das mulheres chefes-de-família. Entre aquelas que trabalham de forma remunerada, o número médio de crianças pequenas (0,42 em São Paulo e 0,82 em Salvador) era mais alto que entre as que não trabalhavam de forma remunerada (0,17 em São Paulo e 0,56 em Salvador). Entretanto, isso não foi o que encontrei entre esposas; enquanto o número médio de crianças nas famílias de esposas que trabalhavam de forma remunerada era de 0,73 em São Paulo e 1,18 em Salvador, entre as que não estavam nessa situação, esse número ascendia para 1,12 em São Paulo e 1,43 em Salvador.

Vê-se, assim, que mulheres em diferentes posições no grupo fami-

liar têm diferentes atribuições na esfera da reprodução de base domiciliar - no cuidado dos filhos, da casa, e nas relações de casal. Tais atribuições são outros importantes componentes da divisão sexual do trabalho, sendo reveladas apenas quando se reconstitui a unidade entre produção de bens e produção de vidas, de cotidianos, ou a unidade entre produção/reprodução da força de trabalho e da espécie. Isto requer o enfoque das relações sociais de gênero segundo práticas de vida, e das expectativas das ideologias de gênero, o que é apenas fracamente sinalizado nas estatísticas oficiais.

Contudo, a complexidade do real exige cuidados com o uso do modelo que destaca o binômio produção/reprodução na compreensão da inserção da mulher no mercado do trabalho. Restrições objetivas modificam normas culturais. A crescente presença de esposas pobres no mercado de trabalho, especialmente a partir da década de setenta, sugere que a designação da mulher, esposa no caso, à esfera da reprodução de base doméstica, não tem valor determinista.

Por outro lado, dados da dissertação indicam a presença de mulheres chefes-de-família com filhos pequenos em atividades do mercado propriamente capitalista. Esse mercado, em São Paulo, seria bem menos aberto à participação de mulheres com filhos. Cerca de 72% das mulheres chefes-de-família em ramos dinâmicos da indústria paulista não tinham filhos pequenos, contra 48% em Salvador. Tal achado poderia sugerir que em Salvador o mercado discriminaria menos as mulheres com filhos. Todavia, não é isto o que aponta a análise das distribuições ocupacionais e setoriais das esposas, mais concentradas em atividades típicas do mercado secundário que as outras mulheres. O fato de que em Salvador, a proporção de esposas com dois ou mais filhos pequenos em atividades no setor propriamente capitalista fosse mais alta que a encontrada em São Paulo em todos os ramos de atividade (e ainda mais alta que a encontrada entre mulheres chefes-de-família com filhos) pode estar associado à presença de padrões de ajuda mútua, de arranjos da família extensa modificada (fora da unidade domiciliar de residência) que colaborariam no cuidado dos filhos pequenos, opções possivelmente não tão viáveis para as esposas em São Paulo.

A proporção de trabalhadoras concentradas na esfera da produção industrial foi, em São Paulo, superior à encontrada em Salvador (21% contra menos de 10%). Desagregando-se o setor industrial em atividades dinâmicas e tradicionais, tem-se que na RM paulista a proporção de mulheres nos setores dinâmicos foi mais alta. No caso das chefes-de-família pobres foi 6 pontos maior; no caso das esposas, 3 pontos maior e para as filhas, 16 pontos maior.

Vê-se assim que as mulheres, enquanto nova população para o capital, foram mais afetadas que os homens pelas formas regionais da divisão social do trabalho. Entretanto, apenas algumas mulheres pobres eram, por assim dizer, 'eleitas' para serem diretamente exploradas por unidades propriamente capitalistas. Entre estas estavam as

filhas, que eram também as mais jovens e possivelmente as menos responsáveis por atividades domésticas.

Contrariando hipóteses iniciais da pesquisa, encontrei heterogeneidades regionais relativas ao recrutamento do trabalho feminino não apenas nas atividades propriamente capitalistas como também no mercado secundário, em que pese o fato de que este fosse, nas duas RMs, um dos principais "nichos" de emprego para as mulheres. Tal fato foi melhor evidenciado quando desagreguei a divisão social do trabalho não apenas segundo setores mas, também, segundo ocupações. Feito isso, o serviço doméstico, por exemplo, mostrou-se aberto às esposas e às chefes-de-família pobres em igual medida em ambas MR's; mais aberto às filhas, em São Paulo. Já em Salvador, haveria maior probabilidade de encontrar esposas como ambulantes e trabalhadoras por conta própria que filhas e mulheres chefes-de-família.

Apesar de que as análises se ressentem de referências históricas e de discussões sobre componentes dos processos de reprodução, não mediados pelas relações de compra e venda da força de trabalho, considero que a dissertação demonstrou a importância de combinar discussões sobre a dinâmica da economia e sua interação com arranjos familiares, mediante a identificação de várias populações para o capital, segundo gênero, raça e idade, ressaltando-se seu estatuto de construções econômicas e sócio-culturais. Contudo - reflexão que vai além da noção fenomenológica de construções culturais - delimitadas tais construções pelo acontecer da divisão social do trabalho. A compreensão do uso heterogêneo da força de trabalho, impõe adjetivações da divisão social do trabalho, não somente por gênero, mas também por raça e geração. Não basta, portanto, substituir estudos da divisão social do trabalho que desconsideram a dimensão de gênero, por análises sobre a divisão social sexualizada do trabalho. A pesquisa aponta para a importância de análises que dêem conta da alquimia entre categorias sociais, como gênero, geração, raça e posição familiar, na realização das classes, no jogo da compra e venda do trabalho.